

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA À 4. ^a EDIÇÃO	5
NÓTULA À 2. ^a EDIÇÃO	7
ABREVIATURAS	9
TIPOS DE SOCIEDADES COMERCIAIS	13
1. Princípio da tipicidade	13
1.1. Sentido	13
1.2. Justificação	15
2. Caracterização geral dos tipos legais societários	16
2.1. Responsabilidade dos sócios perante a sociedade e perante os credores sociais	17
2.2. Transmissão de participações sociais entre vivos	20
2.3. Estrutura organizatória	25
2.4. Número mínimo de sócios	35
3. Tipos doutrinários de sociedades comerciais	36
CONSTITUIÇÃO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	41
1. O processo complexo de constituição	41
2. O ato constitutivo inicial	47
2.1. Natureza contratual, em regra, do ato inicial de constituição	47
2.2. Regime das relações dos sócios com terceiros antes da celebração do contrato de sociedade	55
2.3. Regime das relações da sociedade com terceiros no período compreendido entre a celebração do contrato de sociedade e o registo definitivo	58

2.4. Regime das relações entre os sócios antes do registo	62
3. O registo do contrato de sociedade	62
3.1. Efeitos	64
3.2. Obrigatoriedade	67
3.3. Legitimidade para pedir o registo	68
4. Publicação do contrato de sociedade	69
4.1. Publicidade obrigatória	69
4.2. Oficiosidade da publicação	70
4.3. Consequências, para a sociedade, da falta de publicação	70
5. Os regimes especiais de constituição de sociedades por quotas e anónimas	71
5.1. Regime especial de constituição imediata de sociedades por quotas e anónimas – a “empresa na hora”	71
5.2. Regime especial de constituição <i>on-line</i> de sociedades	74
6. Invalidades do contrato social	76
6.1. Vícios do contrato	76
6.1.1. Invalidades antes do registo	76
6.1.2. Invalidades depois do registo	77
6.2. Vícios das declarações singulares dos contraentes e invalidade do contrato	80
6.2.1. Antes do registo	80
6.2.2. Depois do registo	80
6.3. Consequências da invalidade total do contrato	83

DA PERSONALIDADE E CAPACIDADE JURÍDICAS DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	85
1. As sociedades de todos os tipos gozam de personalidade jurídica a partir do registo definitivo (art. 5º do CSC)	85
2. Significado da atribuição de personalidade jurídica às sociedades comerciais	87
2.1. A sociedade como autónomo centro de imputação de efeitos jurídicos ou autónomo sujeito de direitos e obrigações	87
2.2. Titular do património social é a sociedade, não os sócios (titulares de participações sociais)	87
2.3. As “entradas” dos sócios resolvem-se em transmissões e aquisições	90
2.4. O direito dos sócios na sociedade, ou (melhor) a participação social, é bem móvel – mesmo que o património social integre imóveis ou sobretudo imóveis	91
2.5. A transmissão, mesmo que total e realizada <i>uno actu</i> , das participações sociais não equivale nunca ao trespassse do estabelecimento social?	91
3. Desconsideração da personalidade jurídica	93

4. A capacidade de gozo das sociedades comerciais	97
4.1. A capacidade da sociedade comercial é limitada pelo seu fim (lucrativo)	97
4.2. Liberalidades realizadas pela sociedade	101
4.3. A prestação de garantias reais ou pessoais a dívidas de outras entidades	101
5. Capacidade de exercício de direitos – as sociedades actuam através dos seus órgãos. A representação (activa) das sociedades comerciais	103
5.1. Titularidade dos poderes de representação	103
5.2. Modo de exercício dos poderes de representação	105
5.3. Extensão dos poderes de representação	110

AS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS	113
1. Noção, terminologia e modalidades	113
1.1. Noção	113
1.2. Terminologia	116
1.3. Modalidades de acções	118
2. Principais direitos e obrigações em que se desdobram as participações sociais	123
2.1. Direitos	123
2.2. Obrigações	136
3. Direitos dos credores dos sócios relativamente às participações sociais	148

CAPITAL E PATRIMÓNIO SOCIAIS, LUCROS E RESERVAS	151
1. A importância do capital social	151
2. A noção de capital social	156
2.1. O capital social como cifra representativa da soma do valor nominal das participações sociais	156
2.2. O capital social no ambiente jurídico-societário de acções sem valor nominal	162
2.3. Distinção entre capital social e património social	163
3. Funções desempenhadas pelo capital social	166
3.1. As funções do capital social <i>ad intra</i> (nas relações internas)	166
3.1.1. A função de organização	166
3.1.2. A função de financiamento	169
3.2. As funções do capital social <i>ad extra</i> (nas relações externas)	169
3.2.1. A função de avaliação económica da sociedade	169
3.2.2. A função de garantia	170
3.2.2.1. O princípio da intangibilidade do capital social	171
3.2.2.2. O regime da “perda grave” do capital social	174

3.2.2.2.1. A atribulada entrada em vigor do artigo 35.º CSC	175
3.2.2.2.2. O atual regime do artigo 35.º CSC: a consagração do modelo meramente informativo	176
4. O regime legal do capital social	179
4.1. Elemento do pacto social: cifra estável	179
4.2. Expressão obrigatória em euros	181
4.3. O capital social mínimo	182
4.4. O incumprimento das regras relativas ao capital social	186
4.4.1. O período anterior ao registo do ato constitutivo	187
4.4.2. O período após o registo do ato constitutivo	189
5. Lucros e perdas	192
5.1. O lucro como <i>essentialia elementum</i> do conceito de sociedade	192
5.2. O direito a quinhão nos lucros e o dever de participar nas perdas	194
5.2.1. Critério legal (supletivo) de participação nos lucros e perdas. Derrogação do regime legal	194
5.2.2. A proibição do pacto leonino	196
5.2.3. A obrigação de participar nas perdas. O respetivo significado nas sociedades de responsabilidade ilimitada e de responsabilidade limitada	198
5.3. A distribuição do lucro	200
5.3.1. As diferentes noções de lucro	200
5.3.1.1. Lucro final ou de liquidação	200
5.3.1.2. Lucro de balanço, lucro periódico ou distribuível	201
5.3.1.3. Lucro de exercício	203
5.3.2. A atribuição de bens aos sócios: a competência da coletividade dos sócios	204
5.3.3. A distribuição do lucro de balanço. O (inexistente) direito dos sócios à concreta repartição do lucro de balanço	206
5.3.4. A distribuição do lucro de exercício	211
5.3.5. Tempo e modo de pagamento do lucro	214
5.3.6. A distribuição irregular do lucro: repetibilidade/irrepetibilidade dos bens atribuídos aos sócios	216
6. Reservas	218
6.1. Reservas estatutárias	219
6.2. Reservas facultativas ou livres	219
6.3. Reservas contratuais	219
6.4. Reservas ocultas	220
6.5. Reservas legais	220



DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

1. Noção e “formas” de deliberação dos sócios	223
1.1. Noção e natureza jurídica	223
1.2. “Formas” de deliberação. Princípio da taxatividade	226
1.2.1. Deliberações tomadas em assembleia geral convocada e deliberações tomadas em assembleia universal	226
1.2.2. Deliberações unânimes por escrito	228
1.2.3. Deliberações por voto escrito	228
2. Competência deliberativa dos sócios	230
3. Deliberações dos sócios ineficazes e inválidas	234
3.1. Deliberações ineficazes	235
3.2. Deliberações inválidas	237
3.2.1. Deliberações nulas	241
3.2.1.1. Deliberações nulas por vícios de procedimento	242
3.2.1.2. Deliberações nulas por vícios de conteúdo	244
3.2.1.3. A acção de declaração de nulidade	246
3.2.2. Deliberações anuláveis	248
3.2.2.1. Deliberações anuláveis ilegais	248
3.2.2.2. Deliberações anti-estatutárias	250
3.2.2.3. Deliberações abusivas	250
3.2.2.4. Acção de anulação	252
3.2.3. Disposições comuns às acções de nulidade e de anulação	254

ÍNDICE ANALÍTICO

ÍNDICE

223
223
223
226
226
228
228
230
234
235
237
241
242
244
246
248
248
250
250
252
254
255
261